



# Anais da Assembleia

Nº 30

CURITIBA, SEXTA-FEIRA, EM 14 DE ABRIL DE 1978.

ANO IV

## 4.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA

### ATA DA 28ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 14 DE ABRIL DE 1978.

(SEXTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Muggiati Filho, secretariada pelos Senhores Deputados Valter Pietrângelo e Lázaro Dumont.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielse Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Aginaldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fabiano Braga Côrtes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (53); achando-se ausente o Senhor Deputado Aragão de Mattos Leão.

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

### SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Muggiati Filho**) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

### EXPEDIENTE:

### REQUERIMENTOS:

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, a consignação em ata de um voto de profundo pesar pelo falecimento, ocorrido na data de ontem, na cidade de Marumbi, do Sr. JOSÉ SALVADOR.

O passamento do Sr. José Salvador, vem de consternar a sociedade de Marumbi, tendo em vista que o extinto, um dos seus fundadores, granjeou o respeito e a estima pela sua conduta exemplar como destacado comerciante e exemplar chefe de família, além de ter exercido liderança política das mais atuantes em prol do desenvolvimento do município.

Requer outrossim, que do pronunciamento desta Casa, se dê ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 14 de abril de 1978.

(a) GILBERTO CARVALHO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, vem respeitosamente requerer à Casa, ouvido o Plenário, se digne determinar o envio de expediente ao Ex.<sup>mo</sup> Sr. Secretário da Educação e Cultura, encarecendo providências urgentes no sentido de impedir a exigência de contribuições financeiras de alunos dos estabelecimentos públicos de ensino.

Requer mais que, já em consequência dessa providência

ora solicitada, determine rigorosa fiscalização junto ao Colégio Estadual Professor João D'Oliveira Gomes, da cidade de Campo Mourão, que está sofrendo um verdadeiro "furor arrecadatório" imposto por sua diretora.

Aliás, as exigências financeiras feitas pela diretora daquele estabelecimento já foram objeto de denúncia e investigação da Câmara Municipal de Campo Mourão, ao mesmo tempo em que foram divulgadas pela imprensa.

Por exemplo:

a). — Por força de convênio com a Secretaria de Educação e com a de Saúde, o médico responsável pelo Posto de Saúde local é quem (quando requisitado pelo Colégio), deverá fazer os exames biométricos — gratuitamente — nos alunos de educação física. No entanto, o coordenador da Educação Física, Prof. Vicente Piazza Filho, em comum acordo com a direção, acharam por bem cobrar uma taxa de Cr\$ 10,00 (dez cruzeiros), em desacordo com as normas vigentes.

b). — A Fundepar estipula uma "taxa de matrícula" ou "contribuição comunitária", que o aluno deve pagar de acordo com sua renda ou de seu pai. Assim, de acordo com as normas da Fundepar, um aluno com renda mais elevada pagaria uma taxa também um pouco mais alta; se, no entanto, o aluno tiver baixa renda, sua taxa também será mais baixa. Estas são as normas, mas o que vem ocorrendo no referido colégio é uma cobrança indiscriminada, sem obedecer a critério algum, beneficiando uns e prejudicando outros.

c). — O Ginásio está cobrando ilegalmente taxas para a formatura de alunos, ao mesmo tempo em que retém os boletins dos estudantes por falta de pagamento de contribuição à Associação de Pais e Professores.

Muitas outras irregularidades estariam ocorrendo na administração do Colégio Estadual Professor João D'Oliveira Gomes, conforme fazem prova documentos anexos.

Aliás, esses fatos são ilustrativos de situações que ocorrem em muitas outras cidades, com muitos outros estabelecimentos oficiais de ensino. É esta a razão que impõe às autoridades estaduais de educação a tomada de providências sérias e enérgicas no sentido de proteger os alunos da rede estadual, que com muitas dificuldades financeiras frequentam os bancos escolares.

Sala das Sessões, em 14 de abril de 1978.

(a) OSVALDO MACEDO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Na forma regimental, o Deputado que o presente subscreve, requer após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, Jayme Canet Júnior, consubstanciado em apelo, no objetivo de que Sua Excelência determine à SECRETARIA DO INTERIOR, que proceda com urgência negociações com uma das nossas emissoras de televisão interioranas, cedendo para utilização o CANAL DE MICRO-ONDAS, que chega até a cidade de LOANDA, pois a Região Noroestina, compreendendo os 15 municípios que integram o eixo: PARANAÍ - QUERÊNCIA DO NORTE, exige um melhor sinal de televisão, atualmente bastante deficiente, e que outrora já esteve muito bom através da TELEVISÃO TIBAGI CANAL-11, de Apucarana.

Sala das Sessões, em 14 de abril de 1978.

(a) VALTER PIETRÂNGELO

#### JUSTIFICATIVA:

Por mais clamorosas que sejam as reivindicações, e por mais ardorosas que sejam os apelos dos Senhores Professores e

Vereadores, como fez o Vereador MILTON MOREIRA DE LIMA, de Santa Cruz do Monte Castelo, nesse sentido; o Sr. Noel Lobo, Secretário do Interior "bate-o-pé" e diz NÃO. Não admite a concessão, que não é doação, mas aluguel, da linha de micro-ondas que chega até Loanda. O estranho é que o canal de micro-ondas está desocupado, completamente ocioso. E como agravante, o fato do Governo do Estado haver permitido que as demais regiões do dadivoso Território Paranaense, através dos canais de micro-ondas, estejam bem servidas por televisão, MENOS A REGIÃO NOROESTINA.

Por que o Governador permite essa atitude discriminatória de seu Secretário do Interior? — É uma postura nociva, imoral e injusta. Se ao Poder Executivo não parece, devemos nós afirmar que para aquelas comunidades, o entretenimento, o ensino e a informação que a televisão oferece, é de fundamental importância. E vem aí a Copa do Mundo, e os brasileiros do Noroeste do Paraná desejam também assistir e torcer pelo Brasil.

O SR. PRESIDENTE — (Muggiati Filho) Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, inscrito.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

Como de costume, estamos apresentando em co-autoria com o eminente Deputado Luiz Gabriel Sampaio, que representa a Arena de Maringá, um projeto de lei, cujo teor é o seguinte: (Lê):

#### "PROJETO DE LEI Nº 40/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art. 1º — Os textos do parágrafo 4º do artigo 3º, da Lei nº 6569, de 27 de junho de 1974, e do artigo 4º da Lei nº 6593, de 15 de agosto de 1974, passam a ter a seguinte redação:

"A gratificação de que trata esta lei fará parte integrante dos proventos de inatividade nos casos de futuras aposentadorias".

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14 de abril de 1978.

(aa) Gabriel Sampaio e Fidelcino Tolentino

#### JUSTIFICATIVA:

A Lei 6569, de 27 de junho de 1974, que instituiu a gratificação de produtividade assegura aos inativos a percepção dessa vantagem, em razão do parágrafo 4º, de seu artigo 3º, assim redigido:

"A gratificação de que trata este artigo fará parte integrante dos proventos de inatividade nos casos de futuras aposentadorias POR TEMPO DE SERVIÇO".

Posteriormente, quando a referida gratificação foi estendida aos funcionários dos Poderes Legislativo e Judiciário, por um lapso de redação, resultante do fato de ter sido copiado o disposto no § 4º do art. 3º, da Lei nº 6569, em dispositivo que "data vênua", ficou sem sentido na Lei nº 6593, de 15 de agosto de 1974, esta apresentou em seu art. 4º, a mesma redação:

"Art. 4º — A GRATIFICAÇÃO DE QUE TRATA ESTE ARTIGO (SIC) fará parte integrante . . ."

Ora, é evidente que, não tratando aquele dispositivo, especificamente, de qualquer gratificação, como fora o caso do artigo 3º da Lei nº 6569/74, seu texto tornou-se inócuo para os fins que se propunha, ou seja, assegurar a incorporação do benefício às futuras aposentadorias.

Por outro lado, tratando-se da primeira Lei que tratava de concessão de gratificação aos funcionários em atividade, prevendo a possibilidade de integrá-la aos proventos de inatividade, permaneceu sem os aperfeiçoamentos que surgiram mais tarde em normas similares.

Fazemos tal afirmativa, em razão das exposições de motivos contidas nas Mensagens nºs 26/76 e 27/76, pelas quais foram encaminhadas a esta Casa os ante-projetos de lei que versavam sobre a incorporação das gratificações de que tratam os itens II e III, do art. 172, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, aos proventos dos servidores civis do Estado, EM FUTURAS APOSENTADORIAS e, sobre a incorporação da gratificação de tempo integral e dedicação exclusiva aos integrantes da Polícia Civil do Estado, por OCASIÃO DA APOSENTADORIA, ambas sancionadas com emendas do segundo signatário do presente plano de lei.

Ocorre que, transformados nos Projetos de Leis nºs 06/76 e 07/76, respectivamente, o primeiro deles teve aprovada a seguinte redação para seu artigo 1º:

"Art. 1º — Será incorporada aos proventos dos funcionários civis do Estado, EM FUTURAS APOSENTADORIAS, a gratificação de que trata o item II do art. 172, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970".

Enquanto que, o seu artigo 3º dispunha:

"Art. 3º — A gratificação pela prestação de serviços em regime de tempo integral e dedicação exclusiva, de que trata o item III do art. 172, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, será incorporada aos proventos de FUTURAS APOSENTADORIAS, desde que o funcionário conte com três (03) anos ininterruptos ou cinco (05) anos alternados no mesmo regime".

Por outro lado, o Projeto de Lei nº 07/76, propunha a modificação do art. 87 da Lei Complementar nº 03, de 14 de maio de 1974, nos seguintes termos:

"Art. 87 —

§ 1º — A gratificação de que trata este artigo será incorporada aos proventos de FUTURAS APOSENTADORIAS, do pessoal da Polícia Civil, desde que o funcionário conte com três (03) anos ininterruptos ou cinco (05) alternados no regime de tempo integral e dedicação exclusiva".

Ora, como podemos notar, nada mais e nada menos do que três (03) dispositivos já aprovados por esta Casa, originários de Mensagens do Senhor Governador do Estado, já se transformaram em Leis, assegurando aos funcionários públicos civis do Estado a incorporação de vantagens em FUTURAS APOSENTADORIAS, sem discriminação de tratar-se por tempo de serviço, invalidez ou implemento de idade, em data posterior aos dispositivos que pretendemos alterar.

Todavia, a modificação pretendida não visa tão somente dar aos textos originariamente aprovados redação mais adequada, como também levar aos mesmos o correto espírito que se pretendia dar àquelas Leis, corroborado pelas mensagens e projetos acima mencionados, com dispositivos similares transcritos, pois não acreditamos que se pretenda dar tratamento diverso aos aposentados por implemento de idade ou aos inválidos, pois, nada mais justo de que aos servidores idosos e aos enfermos, muitos dos quais tendo adquirido sua enfermidade em razão das próprias condições adversas do trabalho, recaia a proteção do Estado.

Dado os motivos acima expostos, esperamos contar com a aprovação do presente plano de lei, bem como com a sanção por parte do Chefe do Poder Executivo, conforme já tem ocorrido em casos similares, fato que, por certo, levará aos ilustrados integrantes das doulas Comissões desta Casa, a possibilitar, sem mais delongas, a sua apresentação à Ordem do Dia.

Aliás, tem sido enfática a nossa posição, em relação ao ajuste de normas jurídicas que orientem, Sr. Presidente — concluirei já, Sr. Presidente, eis que vejo que V. Exª com justiça pretende interromper, porque o prazo se esgota — inclusive conhece V. Exª o posicionamento e a luta com relação a disparidade de normas que estabeleçam um critério único para o tratamento dos servidores do Estado.

nobres Deputados que aqui representam o povo paranaense, para que, com justiça e com presteza, ensejemos ao Estatuto, uma norma compatível com o espírito daquilo que o Governo e que o funcionário público deseja.

Era isto, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Muggiati Filho) Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Nilso Sguarezi, inscrito.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê): "EM NOVEMBRO O POVO SERÁ TESTADO"

Indiscutivelmente as eleições de novembro próximo pelas características em que se desenvolverão, assumem verdadeiro significado de PLEBISCITO. O Povo Brasileiro, será chamado a responder SIM ou NÃO, concorda com os "atuais donos do Poder" ou discorda.

A parcela que concorda com a situação nacional deverá, logicamente, votar na Arena e a que discordar, fatalmente optará pelo MDB, pois não pode haver outra resposta. Depois de 14 anos, é dispensável mesmo até a televisão, para o POVO estar informado. Afinal, também o POVO deve ser testado e não só a classe dirigente.

Mas este teste não significa apenas a vitória de mais uma eleição — o que na prática democrática é rotina de toda a nação civilizada. Não, no Brasil de hoje, no sistema de arbítrio implantado as eleições não podem representar tão somente a vitória de um partido e a derrota de outro. Mais, muito mais está em jogo. Derrotado o MDB, nas urnas, é a outorga de "carta-branca" ao Governo e ao Sistema para que continue a usar do arbítrio e da prepotência como quiser e bem entender — como aliás vem fazendo. No entanto vitorioso nas eleições, o Movimento Democrático Brasileiro, traduzirá a determinação nacional: exausta de regime ditatorial e ávida pela redemocratização.

Daí porque, Sr. Presidente, reputamos que a responsabilidade pelo resultado das eleições de novembro próximo, não deverá ser atribuída tanto aos políticos, mas exclusivamente ao POVO BRASILEIRO.

De uma maneira ou de outra, as elites tem se manifestado, porque mais fáceis de serem conscientizadas. Chegou a vez, e a hora, da manifestação popular de que 1974, foi um ensaio e 1976, uma mostra. Agora o Povo será chamado pelo SIM ou pelo NÃO. Pelo SIM continuamos, pelo NÃO é o basta às cassações de mandatos, será pelo fim da nomeação de governadores e senadores biônicos, pela volta do "Habeas Corpus", pela redistribuição justa da renda nacional, enfim, pelo Estado de Direito.

O PLEBISCITO nacional de novembro, dirá, e a história desta Nação — neste período de 14 anos, ficará condensada no resultado das urnas. Vencendo o Governo, deve a Oposição acatar o resultado, e aqueles que ainda acreditam no LIBERALISMO, se pretendem continuar a fazer política, devem procurar outro povo, porque então o POVO BRASILEIRO, acostumou-se e aceitou a simbiose de adaptar-se e viver dentro da ditadura. Será, em termos de nacionalidade, uma verdade incontestável. O governo sempre esteve com a razão e deve continuar com seu estilo, podendo até pensar em replantar no Brasil o regime monárquico, em que, ao invés de Presidente, se nomeie logo o REI, que tudo pode e tudo faz, porque tem previamente o consentimento do POVO.

Todavia, se as regras do jogo, como já se anunciam forem mudadas, e retirarem-se das decisões as "bandeiras oposicionistas", já não haverá mais PLEBISCITO, mas sim uma grande farsa. Todos sabem, nesta Nação, que ninguém tem desconhecimento da motivação popular, quando milhares de brasileiros, sem serem adeptos do MDB, votam contra o Governo, porque entendem que a Nação deve recuperar o caminho perdido, sem que isso signifique entregar o poder à oposição.

A extinção dos partidos, será mais uma maneira de calar a opinião pública nacional e impedir a sua livre manifestação.

Portanto, estas eleições serão a última chance que o POVO BRASILEIRO terá para julgar a "redentora revolução democrática". Se o governo do teste sair vencedor, não há dúvida, conseguiu seu intento e deve até continuar, porque o POVO considerou proveitoso para a Nação e para si próprio este período de arbítrio.

Não se diga e nem se alegue também, que as duas facções estão em pé de igualdade para a campanha. Sem rádio e sem televisão o MDB perde sua principal força de conscientização das massas, todavia a política econômica do Governo e a injusta distribuição da renda nacional, atinge a parcela ativa e votante do Povo, a quem em última análise, cabe dizer se está ou não satisfeito.

"Cada povo tem o governo que merece", diz a filosofia popular, e nestas eleições, será verdadeiramente empregado a afirmação, pois se o POVO optar pela DITADURA, o POVO MERECE permanecer sob a ditadura. Se o POVO abrir mão da liberdade que tinha de escolher os seus governantes, o povo merecerá ser governado por homens nomeados e que nenhuma satisfação tem a dar ao Povo, mas sim aos que os nomearam. Em tudo deve haver uma lógica e uma razão. A Arena vencendo as eleições, aqui no Paraná, teremos nós do MDB, que calarmos quando o "comando político funcionar", porque então foi o Povo do Paraná quem assim ditou e o que o Povo dita, deve ser respeitado.

De nossa parte, da parcela de Povo que representamos, queremos liberar aqueles que, por outras razões pensam em votar na nossa pessoa. Sou candidato à reeleição por uma única e exclusiva razão: lutar pela redemocratização urgente do País, sem a qual não haverá clima para fazer-se política e eu ao menos lá não estarei".

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Muggiati Filho) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Valter Pietrângelo, no Pequeno Expediente, inscrito.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O Governo Federal estendeu uma bela rodovia ligando a cidade de Paranavaí a Nova Londrina, com a promessa de que a estrada deverá atingir o Estado do Mato Grosso do Sul, até a cidade de Dourados; e, o Governo do Estado, por sua vez, construiu diversos trechos de estrada "casca de ovo", alguns trechos com a denominação de "meleca asfáltica". A realidade é de que, apesar disso tudo, a região nordestina do Estado, está sofrendo uma discriminação deveras imoral e injusta, por parte do Governo do Estado, no setor da sintonia da imagem e do som de televisão.

Enquanto as estradas daquela região têm sido utilizadas e até facilitadas, a circulação de alguns jornais de nosso Estado, está a ocorrer um autêntico retrocesso no setor de televisão. Outrora, inclusive, Srs. Deputados, a região compreendida de Paranavaí a Querência do Norte, hoje abrangendo em torno de 15 municípios, já teve o benefício do entretenimento, até a educação, e a informação através da sintonia, quase que perfeita, das imagens da Televisão Tibagi, da cidade de Apucarana.

Posteriormente, através da própria política, condenável deste Governo, ao estabelecer a perseguição implacável sobre os órgãos de imprensa do Sr. Paulo Pimentel, aquela região se viu privada da presença da televisão. É evidente, que a atitude demonstra muito bem o pensamento e o entendimento de Sua Excelência o Sr. Governador, que não entende na presença da televisão naquelas comunidades, no benefício efetivamente comunitário. E nós, que há dois dias dissemos desta tribuna que lá na região noroeste, pelos se imaginava que Sua Excelência entendesse de café, o que realmente não ocorreu, devido a omissão, à traição e a conivência de Sua Excelência o Sr. Governador Jayme Canet Júnior, ao admitir passivamente na reunião de cúpula efetuada no Palácio do Planalto, que determinou

aquelas medidas inexpressivas, ofensivas e realistas tomadas sobre o nosso café.

Pois bem: até nesse setor está S. Ex.<sup>a</sup> o Sr. Governador numa postura totalmente discricionária e que as lideranças nordestinas, através dos Srs. Prefeitos, dos Srs. Vereadores estão a repudiar.

Ocorre, Srs. Deputados, que utilizando os canais de micro-ondas que a Telepar estendeu nas várias regiões do Paraná, as nossas emissoras de televisão estão chegando nos três cantos do Estado. Muito bem, com exceção de um canto que seria a região do Noroeste, onde possui a Telepar um canal de micro-ondas que chega até a cidade de Loanda, aliás, possui mais de um canal. Mas um deles se encontra totalmente ocioso, vago, desocupado, sem prestar o devido, essencial serviço que deve prestar em benefício da comunidade. E, apesar dos apelos que as autoridades têm feito ao Sr. Secretário do Interior, para que negocie a utilização desse canal com uma das nossas emissoras de televisão do interior, o Sr. Secretário permanece impassível numa atitude hostil para quinze municípios de uma região realmente exuberante.

Por isso nós propomos um requerimento ao Sr. Governador e pretendemos colher o apoio e a compreensão do Plenário, para que Sua Excelência proceda com urgência, negociações com uma das nossas emissoras de televisão do interior, cedendo para utilização o canal de micro-ondas que está vago e ocioso e que chega até a cidade de Loanda, pois evidentemente, Srs. Deputados, aquela região exige o melhor sinal de televisão e, principalmente agora que estamos às vésperas de mais um campeonato de futebol, e os brasileiros daquela imensa região do nosso Estado também pretendem torcer e assistir os jogos da seleção brasileira, se assim entender Sua Excelência, o Sr. Governador. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Muggiati Filho) Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Alfredo Gulin, inscrito.

O SR. ALFREDO GULIN — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Venho à tribuna para dar conhecimento a esta Casa, do ato de um prefeito deste Estado, no Município de Almirante Tamandaré, que transferiu as professoras de uma escola, de sua responsabilidade para outro estabelecimento, fechando a escola e deixando as crianças sem aula.

(Lê o abaixo-assinado)

Quero encaminhar este requerimento à Mesa, para que seja encaminhado ao Secretário da Educação, para que haja a solução incontinenti deste problema.

E passo a ler o requerimento e a justificativa. (Lê):

"Senhor Presidente,  
Senhores Deputados.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições e na forma regimental, requer ouvida a Casa, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Educação e Cultura, no sentido de que determine providências na imediata reabertura da Escola Isolada de Passa-Una, localizada no Município de Almirante Tamandaré.

Sala das Sessões, em 14 de abril de 1978.

(a) ALFREDO GULIN

JUSTIFICATIVA:

A Escola Isolada de Passa-Una, encontra-se fechada desde o dia 1º de abril corrente, por determinação do Prefeito Municipal de Almirante Tamandaré, o qual alegou que retirava as Professoras que estavam lecionando na referida escola, por pertencer a mesma ao Estado, e serem tais Professoras funcionárias do município.

Tal atitude foi tomada pelo Prefeito de Almirante Tamandaré, sem antes ter procurado entrar em entendimentos com a Secretaria de Educação e nem mesmo, sem lhe dar qualquer satisfação, prejudicando com esta atitude arbitrária, os alunos que lá estudavam.

É de se lamentar profundamente, que o Sr. Prefeito tenha tomado medidas tão drásticas, se arvorando inclusive em juiz dos destinos educacionais das crianças em idade escolar, cometendo atos tão prejudiciais aos alunos que ficaram com seus estudos interrompidos, pelo fechamento da escola.

São mais de 100 (cem) alunos que poderão perder um ano de estudo em suas vidas, podendo representar um ano de atraso na vida de cada um deles, e que poderá ser de consequências as mais imprevisíveis.

Temos conhecimento de que o Prefeito de Almirante Tamandaré é pai também, e estamos certos de que se tivesse um filho naquela escola, e com tal atitude viesse a prejudicá-lo, certamente não tomaria decisões tão afoitas a respeito da educação das crianças.

O homem público precisa ser consciente dos problemas coletivos, encarando-os como parte deles, a fim de que dê a estes mesmos problemas, soluções de bom senso, e que satisfaçam à coletividade, vendo-se como parte integrante da mesma.

Assim, nosso apelo é que a justa reivindicação constante do abaixo-assinado em anexo, seja prontamente atendida pelo Senhor Secretário de Estado da Educação, e possam aquelas crianças, ter a continuidade normal de seus estudos, que tão abruptamente foram interrompidos.

Desta forma, solicitamos aos ilustres Pares o apoio e aprovação do presente."

O SR. PRESIDENTE — (Muggiati Filho) Ainda no Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Otássio Pereira, inscrito.

O SR. OTÁSSIO PEREIRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lendo): "Onde a Polícia deveria estar presente, nunca está". Esta a declaração de um popular, que trago como citação, a propósito da ação policial contra casas de diversão de Curitiba. Lamento dizer que a nossa Polícia, que deveria se notabilizar pela eficiência de seus serviços maiores à população, esgota suas energias promovendo invasões armadas, com camburões e grosso efetivo, para prender bailarinas numa casa noturna.

Enquanto isso proliferam as críticas da opinião pública em função dos casos de violência urbana que acabam arquivados. Os furtos de automóveis se sucedem com uma regularidade alarmante; as residências não são protegidas com eficiência o cidadão que volta do trabalho arrisca-se a encontrar a família seqüestrada por ladrões.

Um jornalista que trabalha nesta Casa, teve seu carro roubado, e se deu ao trabalho de fazer uma ligeira estatística: 35% dos carros roubados e não recuperados eram novos, supondo o crime organizado nessa área lucrativa para os marginais.

Um determinado bairro residencial de Curitiba, onde os assaltos se sucediam a cada semana, só ganhou sossego quando conseguiu licença da Secretaria da Segurança Pública para manter uma vigilância particular. Ali houve casas que sofreram oito assaltos seguidos, antes da guarda paga pelos moradores.

Pois bem, Senhores, apesar do quadro que está aí, a nossa Polícia se aplica à irritada ação contra as casas de diversões, usando um aparato quixotesco para prender mariposas. Quem sabe o sistema de Segurança Pública do Estado queira tapar o sol com a peneira, procurando desviar as atenções do público de suas fracassadas tentativas de elucidar crimes que envolvam pessoas de nossa sociedade, ou mesmo de pessoas castradas com olhos vazados.

O que se nota é que a própria imprensa especializada não está tendo acesso total ao Livro de Ocorrências da Delegacia de Furtos e Roubos, já que aquela delegacia acha que escondendo os fatos do público estará diminuindo a criminalidade em nosso Estado.

Enquanto a nossa polícia em matéria de eficiência está de "bico" calado, ficam as "mariposas" presas, como desculpa da pronta atuação dos nossos protetores da lei".

E nós gostaríamos também, Sr. Presidente, Srs. Deputados, de dizer que em nossa região, ou mais precisamente em Londrina, os assaltos se sucedem todos os dias. Assaltos a mão armada e não se falando também do jogo do bicho. E agora, os policiais da Polícia de nossa cidade, resolvendo o problema. De que maneira? Trocando os delegados. Toda a semana, a gente lê nos jornais da cidade. Ou da região, nós notamos a mudança de delegados de Polícia. E já mudaram este ano uns 10 delegados. Enquanto isso, os crimes, enquanto isso, os roubos, campeiam em nossa cidade.

Sr. Presidente, deixo aqui o nosso protesto.

Era só, Sr. Presidente. — **(Sem revisão do orador).**

O SR. PRESIDENTE — **(Muggiati Filho)** Não havendo mais oradores inscritos para o Pequeno Expediente, consulto a liderança do Movimento Democrático Brasileiro, se deseja ocupar o tempo que lhe é reservado. — **(Declina).**

Consulto em seguida à liderança da Aliança Renovadora Nacional, se deseja ocupar o tempo que lhe é reservado. — **(Declina).**

O SR. PRESIDENTE — **(Muggiati Filho)** Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 53 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria dos Srs. Deputados Gabriel Sampaio e Fidelcino Tolentino, lido da tribuna. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Lei nº 90/77, que autoriza o Poder Executivo implantar a partir de 1978, ensino de 1.º grau até 8ª série, na localidade de Jardim Rio Verde, Município de Colombo, utilizando as dependências do Grupo Escolar Alfredo Chaves. — **Aprovado.**

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 90/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**D E C R E T A:**

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a implantar, a partir de 1978, ensino de 1.º grau, até a 8ª série, na localidade de Jardim Rio Verde, Município de Colombo, utilizando as dependências do Grupo Escolar Alfredo Chaves.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 12 de abril de 1978.

(aa) Augusto Carneiro, Presidente; Werner Wanderer, Relator

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Lei nº 152/77, que autoriza o Poder Executivo, alienar à Associação Comercial e Industrial da cidade de Paranavaí, imóvel que especifica, e dá outras providências. — **Aprovado.**

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 152/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**D E C R E T A:**

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a alienar o imóvel constituído pelos lotes urbanos nºs 06 e 08, da Quadra nº 55, do loteamento de Paranavaí, medindo 15 mts. de frente para a rua Alagoas, por 26 mts. de lado, fazendo o último lote esquina com a rua Bahia, respectivamente — com as áreas de 490 e 390 m<sup>2</sup>, num total de 880 m<sup>2</sup>, localizados no Município de Paranavaí, à Associação Comercial e Industrial de Paranavaí.

Art. 2.º — A alienação de que trata o artigo 1.º da presente lei, será regulamentada através de Decreto a ser baixado pelo Chefe do Poder Executivo.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 12 de abril de 1978.

(aa) Augusto Carneiro, Presidente; Werner Wanderer, Relator

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Lei nº 157/77, que declara de utilidade pública a "Assistência Social Santa Bertilla Boscardin", com sede e foro nesta Capital. — **Aprovado.**

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 157/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**D E C R E T A:**

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a ASSISTÊNCIA SOCIAL SANTA BERTILA BOSCARDIN, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 12 de abril de 1978.

(aa) Augusto Carneiro, Presidente; Werner Wanderer, Relator

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Lei nº 159/77, que declara de utilidade pública a "Associação de Preservação da Flora e da Fauna", com sede e foro nesta Capital. — **Aprovado.**

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 159/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**D E C R E T A:**

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE PRESERVAÇÃO DA FLORA E DA FAUNA, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12 de abril de 1978.

(aa) Augusto Carneiro, Presidente; Werner Wanderer, Relator

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Lei nº 160/77, que declara de utilidade pública a "Fundação Sanepar", com sede e foro na cidade de Curitiba. — **Aprovado.**

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 160/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**D E C R E T A:**

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a FUNDAÇÃO SANEPAR, com sede e foro na cidade de Curitiba.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 12 de abril de 1978.

(aa) Augusto Carneiro, Presidente; Werner Wanderer, Relator

O SR. PRESIDENTE — **(Muggiati Filho)** Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. José Salvador. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Piêtrângelo, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a transcrição nos Anais da Casa da "Nota de Repúdio", assinada pelos Diretórios Centrais dos Estudantes da PUC e UFF, e publicada pelo jornal "O Estado do Paraná" — **Aprovado.**  
O SR. GILBERTO CARVALHO — Pela ordem, Sr. Presidente.

**(Assentimento)** Solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — **(Muggiati Filho)** A Presidência defere. **(É procedida a verificação de votação) (Pausa).**

10 Srs. Deputados aprovam; 6 Srs. Deputados rejeitam. Não há "quorum" para deliberação e nem para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 17, à hora regimental, com a seguinte

## ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nºs 168/77 e 172/77.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 04/78.

Levanta-se a Sessão.

## PORTARIAS:

## PORTARIA Nº 129/78

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 3015, de 10 de abril de 1978, deste Poder,

## RESOLVE:

conceder à funcionária MYRIAN CORREIA MONTANHA TEIXEIRA, matrícula nº 439, ocupante do cargo de nível PL "26", da Série de Classes de Taquígrafo, do Grupo Ocupacional de Taquigrafia, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referentes ao exercício de 1978, a partir de 11 de abril de 1978.

Gabinete da Diretoria Geral, em 14 de abril de 1978.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

## PORTARIA Nº 130/78

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 3026, de 10 de abril de 1978, deste Poder,

## RESOLVE:

transferir para época oportuna, as férias concedidas pela Portaria nº 864/77, do funcionário EDOUARD ELIAS THOMÉ, matrícula nº 024, ocupante do cargo de Secretário de Comissão, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 14 de abril de 1978.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

## PORTARIA Nº 131/78

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 3010, de 10 de abril de 1978, deste Poder,

## RESOLVE:

transferir para época oportuna, as férias concedidas pela Portaria nº 864/77, da funcionária LINDAMIR EDIL CARAN, matrícula nº 510, ocupante do cargo de nível PL "25", da Série de Classes de Auxiliar Técnico, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 14 de abril de 1978.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

## PORTARIA Nº 132/78

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 2696, de 03 de abril de 1978, deste Poder,

## RESOLVE:

marcar para 1.º a 30 de maio do corrente ano, as férias concedidas pela Portaria nº 56/78, da funcionária MARIA MENEGUSSO, matrícula nº 562, ocupante do cargo de nível PL "19", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 14 de abril de 1978.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

## PORTARIA Nº 133/78

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1723, de 08 de março de 1978, deste Poder,

## RESOLVE:

revogar a Portaria nº 637/76, na parte que se refere a MANOEL

AGUIAR FILHO, matrícula nº 399, ocupante do cargo de nível PL "21" da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 14 de abril de 1978.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

## PORTARIA Nº 134/78

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1991, de 14 de março de 1978, deste Poder,

## RESOLVE:

marcar para 02 de maio de 1978, as férias concedidas pela Portaria nº 68/78, da funcionária LADY CUNHA, matrícula nº 444, ocupante do cargo de nível PL "26", da Série de Classes de Taquígrafo, do Grupo Ocupacional de Taquigrafia, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 14 de abril de 1978.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

## PORTARIA Nº 135/78

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 3076, de 11 de abril de 1978, deste Poder,

## RESOLVE:

conceder ao funcionário LUIZ FERNANDO TATARA RIBAS, matrícula nº 145, ocupante do cargo de nível PL "30", da Série de Classes de Auxiliar Técnico, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias referentes ao exercício de 1977, a partir de 12 de abril de 1978.

Gabinete da Diretoria Geral, em 14 de abril de 1978.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

## PORTARIA Nº 136/78

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 3139, de 13 de abril de 1978, deste Poder,

## RESOLVE:

I — revogar a pedido, o item II da Portaria nº 698/77, de 23 de setembro de 1977, que autorizou o funcionário LUIZ LIMA, matrícula nº 504 a prestar serviço extraordinário, percebendo a gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, no Gabinete do Deputado Osório Valter Pietrângelo, a partir de 13 de abril de 1978;  
II — autorizar, ERONY HONÓRIO FERNANDES, ocupante do cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessor de Gabinete, com lotação no Gabinete do Deputado Osório Valter Pietrângelo, a prestar serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, a partir de 13 de abril de 1978.

Gabinete da Diretoria Geral, em 14 de abril de 1978.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

## PORTARIA Nº 137/78

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 3097, de 12 de abril de 1978, deste Poder,

## RESOLVE:

conceder à funcionária JOSEFA KUCEK LEVANDOSKI, matrícula nº 174, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias relativas ao exercício de 1976, a partir de 02 de maio de 1978.

Gabinete da Diretoria Geral, em 14 de abril de 1978.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral



## PORTARIA N.º 138/78

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 3118, de 12 de abril de 1978, deste Poder,

## RESOLVE:

conceder ao funcionário VALDECIR NASSAR, matrícula n.º 412, ocupante do cargo de nível PL "19", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias relativas ao exercício de 1977, a partir de 13 de abril de 1978.

Gabinete da Diretoria Geral, em 14 de abril de 1978.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

## DECRETOS LEGISLATIVOS:

## DECRETO LEGISLATIVO N.º 227/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 2293, de 21 de março de 1978, deste Poder,

## RESOLVE:

conceder, a GERSON NEMES, matrícula n.º 506, ocupante do cargo isolado de provimento efetivo de Médico, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o acréscimo quinquenal de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, a partir de 29 de agosto de 1977, data em que completou dez (10) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de dez por cento (10%), de acordo com o Art. 170, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 14 de agosto de 1978.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2.º Secretário

## DECRETO LEGISLATIVO N.º 228/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 2456, de 28 de março de 1978, deste Poder,

## RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de CENIRA DOS SANTOS FREITAS, matrícula n.º 194, ocupante do cargo de nível PL "16", da Série de Classes de Escriturário, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao exercício de 1977, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 14 de abril de 1978.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2.º Secretário

## DECRETO LEGISLATIVO N.º 229/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 10376, de 19 de outubro de 1977, deste Poder,

## RESOLVE:

mandar contar, em favor de MADONA SIDILHA DOS SANTOS LOYOLA, matrícula n.º 214, ocupante do cargo de nível PL "17", da Série de Classes de Auxiliar Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do inciso III, do Art. 130, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, o tempo de dois (02) anos, nove (09) meses e dezessete (17) dias, prestados à Fundação Paranaense de Colonização e Imigração, para fins de aposentadoria e disponibilidade.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 14 de abril de 1978.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2.º Secretário

## DECRETO LEGISLATIVO N.º 230/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 2433, de 27 de março de 1978, deste Poder,

## RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de MARLENE COUTO DE CRISTO, matrícula n.º 175, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao exercício de 1977, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 14 de abril de 1978.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2.º Secretário

## DECRETO LEGISLATIVO N.º 231/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1994, de 14 de março de 1978, deste Poder,

## RESOLVE:

mandar incorporar, ao acervo de serviço público de EROS RUPPEL ABDALA, matrícula n.º 199, ocupante do cargo de provimento efetivo de Consultor Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o sexto quinquênio, compreendido entre 10 de fevereiro de 1974 e igual data de 1978, antecipado em razão da incorporação correspondente ao quinto quinquênio e das férias de 1974, 1975 e 1976, contadas em dobro, de acordo com o Art. 248, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 14 de abril de 1978.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2.º Secretário

## DECRETO LEGISLATIVO N.º 232/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1785, de 09 de março de 1978, deste Poder,

## RESOLVE:

conceder, a ORLANDO MORO, matrícula n.º 133, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o adicional de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, a partir de 21 de março de 1978, data em que completou trinta e um (31) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de dez por cento (10%), de acordo com o Art. 171, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 14 de abril de 1978.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2.º Secretário

## DECRETO LEGISLATIVO N.º 233/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 260, de 09 de janeiro de 1978, deste Poder,

## RESOLVE:

I — mandar contar, para todos os efeitos legais, em favor de PAULINA SCHERNER SIMÕES, matrícula n.º 223, ocupante do cargo de nível PL "16", da Série de Classes de Auxiliar de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1977, que deixou de gozar;

II — mandar incorporar ao seu acervo de serviço público, nos termos do Art. 248, da citada Lei n.º 6174, do tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o terceiro quinquênio, compreendido entre 07 de novembro de 1972 e igual data de 1976, antecipado em razão da incorporação correspondente ao segundo quinquênio e das férias relativas a 1973, 1974 e 1975, contadas em dobro.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 14 de abril de 1978.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2.º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO N.º 234/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 2367, de 22 de março de 1978, deste Poder,

#### RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de ADEL METRING FRANCALACCI ESPÍNOLA, matrícula n.º 109, ocupante do cargo de nível PL "28", da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de quatro (04) meses, correspondente ao dobro das férias relativas aos exercícios de 1976 e 1977, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 14 de abril de 1978.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2.º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO N.º 235/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 2321, de 21 de março de 1978, deste Poder,

#### RESOLVE:

conceder, a JORGE MATHIAS JÚNIOR, matrícula n.º 072, ocupante do cargo de nível PL "28", da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o adicional de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, a partir de 01 de dezembro de 1977, data em que completou trinta e três (33) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de vinte por cento (20%), de acordo com o Art. 171, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 14 de abril de 1978.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2.º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO N.º 236/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 2240, de 21 de março de 1978, deste Poder,

#### RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2.º, da

Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO, matrícula n.º 048, ocupante do cargo de Consultor Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao exercício de 1977, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 14 de abril de 1978.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2.º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO N.º 237/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1912, de 14 de março de 1978, deste Poder,

#### RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de LUIZ DOUGLAS FERREIRA, matrícula n.º 103, ocupante do cargo de Secretário de Comissão do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao exercício de 1977, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 14 de abril de 1978.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2.º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO N.º 238/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 2515, de 29 de março de 1978, deste Poder,

#### RESOLVE:

I — mandar contar, para todos os efeitos legais, em favor de OSVALDO MARQUES, matrícula n.º 380, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de quatro (04) meses, correspondente ao dobro das férias referentes aos anos de 1976 e 1977, que deixou de gozar, nos termos do Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975; e,

II — mandar incorporar ao seu acervo de serviço público, o tempo de seis (06) meses, nos termos do Art. 248, da supra citada Lei n.º 6174, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o terceiro quinquênio compreendido entre 10 de junho de 1973 e 10 de abril de 1977, antecipado em razão da incorporação referente ao seu segundo quinquênio e das férias relativas aos anos de 1973, 1974, 1975 e 1976, contadas em dobro.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 14 de abril de 1978.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2.º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO N.º 239/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 268, de 10 de janeiro de 1978, deste Poder,

#### RESOLVE:

mandar incorporar, ao acervo de serviço público de CLEMETILDE DELFINA BORTOLON, matrícula n.º 387, ocupante do cargo de nível PL "19", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 248, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas



funções durante o terceiro quinquênio, compreendido entre 16 de julho de 1972 a 16 de novembro de 1976, antecipado em razão da incorporação correspondente ao segundo quinquênio e das férias de 1975, contadas em dobro.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 14 de abril de 1978.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2.º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO N.º 240/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 203, de 05 de janeiro de 1978, deste Poder,

#### RESOLVE:

I — mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de ANTÔNIO GULBINO, matrícula n.º 164, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de quatro (04) meses, correspondente ao dobro das férias referentes aos anos de 1976 e 1977, que deixou de gozar;

II — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao seu acervo de serviço público, nos termos do Art. 248, da citada Lei n.º 6174, o tempo de seis (06) meses correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções, durante o terceiro quinquênio, compreendido entre 17 de dezembro de 1971 a 17 de outubro de 1975, antecipado em razão da incorporação referente ao segundo quinquênio e das férias de 1971, 1972, 1973 e 1974, contadas em dobro.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 14 de abril de 1978.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2.º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO N.º 241/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 2297, de 21 de março de 1978, deste Poder,

#### RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de MANOEL FERNANDES MAIA JÚNIOR, matrícula n.º 031, ocupante do cargo de Consultor Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de quatro (04) meses, correspondente ao dobro das férias relativas aos exercícios de 1976 e 1977, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 14 de abril de 1978.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2.º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO N.º 242/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 2580, de 30 de março de 1978, deste Poder,

#### RESOLVE:

I — mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de MADONNA SIDILHA DOS SANTOS LOYOLA, matrícula n.º 214, ocupante do cargo de nível PL "17", da Série de Classes de Auxiliar Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao exercício de 1977, que deixou de gozar; e,

II — conceder o acréscimo de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 170, da Lei n.º 6174, a partir de 07 de novembro de 1977, data em que completou quinze (15) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de quinze por cento (15%).

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 14 de abril de 1978.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2.º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO N.º 243/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 2828, de 05 de abril de 1978, deste Poder,

#### RESOLVE:

designar, o funcionário JOSÉ DE ARIMATHÉA CLETO, matrícula n.º 124, ocupante do cargo de nível PL "29", da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer as funções de Tesoureiro Geral, em substituição ao titular, no período compreendido entre 09 a 14 de abril do corrente ano, percebendo as vantagens inerentes ao cargo.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 14 de abril de 1978.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2.º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO N.º 244/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1723, de 08 de março de 1978, deste Poder,

#### RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de MANOEL AGUIAR FILHO, matrícula n.º 399, ocupante do cargo de nível PL "21", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao exercício de 1977, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 14 de abril de 1978.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2.º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO N.º 245/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta dos processos protocolados sob os n.ºs 2246 e 2247, de 21 de março de 1978, deste Poder,

#### RESOLVE:

I — mandar contar, para todos os efeitos legais, em favor de AREODIVA MANN DE SOUZA, matrícula n.º 234, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias referentes ao ano de 1977, que deixou de gozar, nos termos do Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975;

II — mandar incorporar ao seu acervo de serviço público, o tempo de seis (06) meses, nos termos do Art. 248, da supra citada Lei n.º 6174, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o sexto quinquênio, compreendido entre 29 de janeiro de 1974 e 29 de novembro de 1977, antecipado em razão da incorporação referente ao quinto quinquênio e das férias referentes aos anos de 1973, 1974, 1975 e 1976, contadas em dobro; e,

III — conceder o adicional de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 171, da referida Lei n.º 6174, a partir de 29 de março de 1978, data em que, em razão da incorporação referente ao seu sexto quinquênio e da contagem das férias de 1977, completou trinta e um (31) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de dez por cento (10%).

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 14 de abril de 1978.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2.º Secretário